

Tradição e cultura escolar

Ernesta Zamboni*

“Não nos enganemos: a imagem que fazemos de outros povos, e de nós mesmos, está associada à História que nos ensinaram quando éramos crianças. Ela nos marca para o resto da vida. Sobre essa representação, que é para cada um de nós uma descoberta do mundo e do passado das sociedades, enxertam-se depois opiniões, idéias fugazes ou duradouras, como um amor [...] mas permanecem indeléveis as marcas das nossas primeiras curiosidades, das nossas primeiras emoções.”

Marc Ferro (1983, p. 11)

Introdução

As reflexões que desenvolvo sobre as imagens do Brasil que as crianças do ensino fundamental elaboram estão baseadas nas representações da história, na memória e nas imagens que elas recebem em seu cotidiano. Oriundas da família, dos meios de comunicação, das histórias infantis e dos rituais escolares, essas representações acabam por reafirmar a permanência das tradições nacionais e por compor o repertório das memórias dos alunos em relação ao rol de conhecimentos atribuídos à história nacional. Trabalho aqui com os dados de uma pesquisa desenvolvida por Sandra Regina de Oliveira com alunos do primeiro ciclo do ensino

* Professora dos cursos de licenciatura em História e Pedagogia da Faculdade de Educação da Unicamp e pesquisadora do grupo Memória, História e Educação (Unicamp).

fundamental, em escolas públicas de Londrina, cidade do estado do Paraná. Sua pesquisa, que foi publicada no livro *Quanto tempo o tempo tem* (De Rossi e Zamboni, 2002), teve como objetivo investigar o domínio das noções de temporalidade (duração, simultaneidade, causalidade) e civilização entre crianças de sete a dez anos. Essas investigações são significativas para o estudo que desenvolvo sobre a formação da(s) identidade(s) nacional(is), tendo como referência o conhecimento histórico escolar. A cultura escolar é aqui tomada no sentido do conhecimento que envolve todos os movimentos, mudanças, traços culturais, tradições, práticas e relações sociais que estão presentes no interior da escola, e não apenas no espaço da sala de aula. E o conhecimento histórico escolar é aqui entendido como um conhecimento específico da escola, com métodos e objetos de pesquisa próprios, que se diferenciam do conhecimento histórico acadêmico.

O pressuposto para a constituição das identidades nacionais é a permanência de dados pertencentes à memória coletiva nacional, com o objetivo de preservar para a população um passado comum. Neste sentido, a escola ocupa um lugar ímpar, pois é a instituição que visa à formação afetiva e racional de crianças e jovens. Em todos os países, há um esforço contínuo dos meios de comunicação e das tradições nacionais e escolares para a preservação de símbolos, gestos, palavras, fatos e personagens que identificam uma nação e dão continuidade à tradição e ao passado comum. Esse esforço nem sempre é percebido por todos, mas é identificado no conhecimento histórico. Inúmeros são os trabalhos historiográficos, sociológicos, antropológicos e de natureza didática que chamam a atenção para esse aspecto. Dentre muitos outros, destacamos os trabalhos de Maria Helena Capelato, Alcir Lenharo e Sônia Regina Miranda.

Participar de grupos sociais e ser cidadão de um país é relacionar-se com seu passado, ainda que seja para rejeitá-lo. O passado é um componente inevitável das instituições, um elemento da consciência histórica que dá dimensão à consciência humana. O problema para os historiadores é analisar a natureza desse passado na sociedade e localizar suas mudanças e transformações (Hobsbawn, 1998, p. 22). Diferentes povos e grupos sociais sempre estiveram preocupados em estudar o seu passado, em reconstruí-lo, tanto para desprezá-lo quanto para valorizá-lo, com a intenção de conhecer a si mesmos, de localizar as suas transformações e de construir as suas identidades.

No século XIX, a história, ao ser instituída como disciplina escolar, teve como objetivo afirmar a identidade nacional por meio do estudo do passado, das origens, dos feitos dos grandes personagens, constituindo-se, portanto, na genealogia da nação. No Brasil, ao conhecimento histórico escolar foram atribuídas tradições, mitos, figuras de heróis e anti-heróis – como a de Tiradentes, após a proclamação da República – com o propósito de perpetuar um tipo de memória nacional associado às idéias de liberdade e independência. Assim, certos personagens foram considerados ora heróis, ora anti-heróis, como é o caso de D. Pedro I, responsável pela independência política brasileira, porém português, sendo os portugueses símbolos da dominação e responsáveis pelo atraso político e econômico do Brasil.

História, memória e tradição são categorias distintas. A história é a recuperação, representação e reconstrução incompleta do passado, enquanto a memória é a vida, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento. O tempo da história é o das mudanças, das transformações, da destruição, ao passo que o tempo da memória coletiva é o da permanência e da continuidade. A tradição, pelo fato de indicar o que se deve saber, foi inventada com base em interesses políticos e religiosos, e sempre foi fundamentada em explicações teóricas. Esse saber é mantido por ser presumidamente verdadeiro hoje em dia, e o é hoje porque o era no passado e, pensa-se, deveria assim permanecer no futuro. Nessa dimensão, a tradição indica o que se deve conhecer, compreender, valorizar e como se deve comportar (Laville, 1999, p. 19).

Assim sendo, o discurso da história brasileira que representava o Estado nacional sempre foi o da classe dominante, que procurou atribuir um caráter de homogeneidade a toda a nação, sem reconhecer as diferenças étnicas e sem evidenciar as exclusões, subtraindo de toda a população o direito à cidadania. O espírito da identidade nacional estava ligado aos recortes da história oficial. Essa historiografia não só reforçou os marcos instituídos pela memória histórica, mas também os legitimou via currículos escolares, festas e comemorações cívicas e, é claro, um forte esforço de teorização.

Os paradigmas dessa história ensinada na escola são os da história tradicional, fundamentada em narrativas cujos fatos nacionais e internacionais de natureza político-administrativa focalizam a visão do poder, dos administradores, dos reis. Os acontecimentos são apresentados em

uma seqüência cronológica, sem critérios de análise e sem que haja entre eles relações explicativas.

Memória enreda história e contos infantis

Para analisar as memórias e representações de alunos do ensino fundamental sobre alguns fatos da história nacional, como o descobrimento do Brasil, embora esses alunos ainda não os tenham estudado na escola, selecionamos as falas de algumas crianças que cursavam as primeiras séries do ensino fundamental.

Abrindo um parêntese na minha exposição, acho importante destacar que essa pesquisa foi realizada no ano 2000, quando se comemoravam os quinhentos anos do descobrimento do Brasil. Naquela época, houve uma intensa propaganda televisiva e cinematográfica por todo o país. Cada estado brasileiro encontrou uma forma especial de comemorar a data, segundo os seus costumes e traços culturais.

Cartazes oficiais e outros produzidos por empresas particulares foram amplamente distribuídos. Tanto as editoras tradicionalmente conhecidas por sua produção didática quanto as demais lançaram centenas de títulos relacionados aos grandes descobrimentos portugueses, além de reeditarem diários de viagens e outros documentos referentes à colonização portuguesa no Brasil e às primeiras impressões dos europeus sobre os grupos indígenas, seus usos e costumes, a vegetação, a fauna etc.

As publicações foram destinadas a um grande e diversificado público. Os temas mais freqüentes, publicados em várias versões, foram as viagens de Marco Polo, a Carta de Caminha, trechos d'*Os Lusíadas*, cartas de jesuítas como Fernão Cardim, relatos de viagem dos navegantes portugueses durante os séculos XVI e XVII, diários de bordo, e a história dos transportes marítimos e dos instrumentos de navegação.

Além das publicações, as Secretarias Estaduais de Educação e o Ministério da Educação, por meio de concursos, estimularam as escolas a produzir pesquisas, mapas e materiais audiovisuais, e a organizar exposições dos trabalhos dos alunos. Essas solicitações compuseram o calendário das festas e dos rituais cívicos promovidos pelas escolas com a finalidade de organizar e perpetuar a memória da história nacional.

Para estudar a formação e a difusão de uma memória nacional entre as crianças, selecionamos algumas falas, usando como critério a escolaridade e a idade, de modo a podermos compará-las e observar se o conhecimento histórico tratado em sala de aula modificou ou não a estrutura do discurso infantil. Nossa preocupação com a narrativa das crianças é analisar a sua lógica de construção, o modo como foram feitas as relações de causalidade e de simultaneidade e em que medida pode-se identificar a sua lógica explicativa.

A pesquisa desenvolvida pela professora Sandra Regina de Oliveira foi longa, e várias foram as perguntas feitas às crianças, no sentido de facilitar o diálogo e a comunicação com elas. As entrevistas tinham como objetivo investigar a compreensão das seguintes categorias temporais: antes, depois, durante, passado, presente, simultaneidade, duração, e os elementos culturais que caracterizam uma época. As questões estavam centradas em referências próximas às crianças, como os seus familiares (mãe, pai, avós, bisavós, origem do nome da família e da cidade de Londrina, os primeiros colonizadores). Imagens de objetos do cotidiano foram usadas, como as de óculos e meios de transporte, bem como a descrição de estradas e casas, paisagens urbanas e rurais.

Para este texto, escolhi diálogos com algumas crianças de idades diferentes, com o propósito de analisar como os fatos lhes são transmitidos, e como elas conseguem relatá-los.

Diálogo 1, com criança de 7 anos:

- Eu queria que você contasse a história do descobrimento do Brasil.
- Existiam muitos homens nativos. Eles foram para o Brasil, uma terra que ainda não tinha sido descoberta. Pedro Álvares Cabral estava indo para as Índias, ele errou o caminho e foi para o Brasil. Então ele descobriu os nativos. Ele pensou que fossem índios. Contou para o rei, então eles decidiram tornar os nativos escravos deles, e o tempo foi passando, e eles sendo escravos. Depois eles se cansaram. Eles descobriram o Brasil em 1500 e, em 1722, eles cansaram de trabalhar para Portugal.

Diálogo 2, com criança de 9 anos:

- Você pode contar a história do descobrimento do Brasil?

- Descobrimento do Brasil. Eu sei que quem foi, que quem descobriu o Brasil foi Pedro Álvares Cabral e só.
- Quem estava aqui quando Pedro Álvares Cabral chegou?
- Só os escravos.
- Como era o Brasil nesse período?
- Eram o rei e a rainha que comandavam, e os escravos não era felizes com o rei e a rainha no comando.
- Você sabe quando aconteceu?
- Eu, eu não.

Diálogo 3, com criança de 10 anos:

- Conta para mim a história do descobrimento do Brasil.
- Ah, as tropas lá de Portugal saíram para investir nas Índias. Daí eles, eu acho, erraram alguma coisa. Eles foram parar aqui na costa do Brasil. Quando Pedro Álvares Cabral gritou “terra à vista”, eles foram ver o que era. Eles estranharam muito porque nunca tinham visto esse povoado. Eles começaram a conhecer, depois teve muitas guerras. Primeiro eles ficaram amigos, depois eles tiveram algumas guerras. Depois os portugueses começaram a escravizar os índios e foram pegando todas as terras, utilizando os índios, tudo. (Oliveira, p. 153)

Analisando essas narrativas, encontramos muitas semelhanças. A hipótese da casualidade no descobrimento do Brasil é reafirmada nas palavras das crianças. Embora estudos tenham descartado essa hipótese, ela ainda permanece viva no imaginário popular, em muitos textos didáticos e nas tradições escolares. A memória oficial é reafirmada quando uma criança diz que Pedro Álvares Cabral, acreditando ter chegado às Índias, atribuiu aos nativos o nome de índios. O rei é uma figura próxima às crianças: “[Ele] contou para o rei, então eles decidiram tornar os nativos escravos deles”. Essa construção está próxima à estrutura dos contos de fadas: o rei é uma figura conhecida, e as pessoas têm a possibilidade e facilidade de se aproximar dele.

Uma criança afirma que os índios se tornaram escravos: “(...) o tempo foi passando, e eles sendo escravos. Depois eles se cansaram. (...) em 1722, eles cansaram de trabalhar para Portugal”. Com relação ao sujeito histórico, Pedro Álvares Cabral é a figura central, é o herói da história, foi

quem viu primeiro a terra, deu nome aos seus habitantes, quem errou o caminho, quem se comunicou com o rei. Os reis ocupam na narrativa uma posição secundária, enquanto os holofotes estão voltados para Pedro Álvares Cabral. Com relação à figura do rei, as crianças se referem a ele com uma certa familiaridade, e parece não existir um distanciamento social, temporal e espacial entre a tripulação, Pedro Álvares Cabral e o próprio rei.

Quanto aos índios, as crianças parecem não diferenciá-los da categoria de escravos, sejam eles indígenas ou negros. A afirmação de que “eles se cansaram [de ser escravos]” possivelmente está baseada nas informações divulgadas nos diferentes veículos de comunicação, na época das comemorações do descobrimento, sobre os diversos movimentos de resistência dos indígenas. Ainda temos uma dúvida: como a criança chegou à data de 1722? Imaginamos que ela esteja se referindo a 1822, quando o Brasil tornou-se independente de Portugal.

Percebemos que a criança de sete anos cita, com clareza, as situações que explicam a casualidade envolvida nos descobrimentos, embora o mesmo não aconteça com a criança de nove anos. Esta só dá informação mediante a solicitação do pesquisador. Prefere afirmar que não sabe a falar sem ter certeza, com a possibilidade de errar. No tipo de narrativa de uma criança da 4ª série, que tem dez anos de idade, notamos uma nítida diferença: se a idéia da casualidade no descobrimento e a menção à figura do herói permanecem, surgem pela primeira vez a referência à existência de um povoado até então desconhecido e a idéia dos conflitos que passaram a existir depois da chegada dos portugueses. A ordem dos acontecimentos é muito clara. Essa criança tem uma lógica narrativa muito definida, e a idéia de dominação fica evidente na narrativa seqüencial dos acontecimentos.

Sobre Tiradentes

Com relação à figura de Tiradentes, há centenas de publicações: paradidáticos, poesias, textos literários, livros de história. As imagens de Tiradentes, que ilustram cadernos, livros didáticos e quadros, são populares e conhecidas pelos alunos. A narrativa sobre Tiradentes apresenta as características dos contos infantis: a figura do rei, das leis, das artimanhas para enfraquecer o poder real, a traição, o castigo exemplar.

Diálogo 4, com uma criança de 7 anos:

- Você conhece a história de Tiradentes?
- Conheço. É que Tiradentes e outros estavam fazendo uma reunião. Era secreto porque era contra a lei do rei, e quem desobedecesse ao rei seria eliminado. Um dos guardas que estavam com Tiradentes foi lá e contou para o outro guarda sobre tudo da reunião, e o guarda contou para o rei. O rei falou que era para trazer a pessoa mais importante de lá, que estava dando idéias, muitas idéias, para poder saber o que eles estavam planejando. Tiradentes foi enforcado e foi distribuído em várias partes, mostrando que quem desobedecesse à lei do rei ia ser eliminado também.
- Você sabe quando aconteceu a história de Tiradentes?
- Não.
- Foi antes ou depois do descobrimento do Brasil?
- Foi depois.
- Por quê?
- Ah, porque no dia 22 nós comemoramos o descobrimento do Brasil, e minha professora falou que dia 21 de abril era o dia de Tiradentes e que ia ser feriado porque é uma história nacional.
- A história de Tiradentes foi antes do descobrimento do Brasil?
- É.

Semelhante a outras narrativas, essa apresenta uma nítida seqüência causal dos acontecimentos. O descontentamento da população fez com que as pessoas se reunissem secretamente para discutir as determinações do rei. Porém, um participante do grupo, um guarda, contou para um outro, que contou para o rei. Assim, o rei tomou medidas severas para coibir a população. Como nos contos infantis, a figura real é próxima ao povo: é fácil aproximar-se do rei, e não há rituais ou cerimônias que possam distanciá-lo dos demais. O rei, de posse da informação, promulga a sentença final, o castigo exemplar. O líder do grupo é morto, e partes do seu corpo são expostas publicamente, com a finalidade de expressar a força do poder real e as conseqüências que podem advir da desobediência às leis. Esses acontecimentos são atemporais: a criança não sabe quando aconteceu, mas sabe o dia, pois sua professora disse que era uma data nacional. Quanto à data, há uma incoerência na resposta da criança:

ela afirma que foi antes do descobrimento, mas a justificativa de sua resposta se baseia nos dias do mês, sendo, portanto, anterior ao dia do descobrimento.

Tomando como referência as narrativas infantis, notamos que cada uma delas apresentou uma forma peculiar de relatar o fato ouvido ou visualizado nos meios de comunicação. Sem dúvida, a natureza dos relatos apresenta poucas diferenças entre as crianças que já tinham entrado em contato com esse conhecimento na escola e aquelas que tiveram contato com essas informações via relações familiares, imagens e meios de comunicação.

Esses “conhecimentos históricos” fazem parte do nosso universo simbólico, da nossa memória nacional, e estão presentes na cultura escolar como verdades canônicas, adquirindo o status de narrativas coletivas. Eles são instituídos como verdades sacramentadas, e é impensável para a maioria da população que o dia 21 de abril, considerado uma data nacional, e a figura de Tiradentes, tomada como símbolo da liberdade, façam parte das tradições inventadas pela República.

Parafraseando Ferro, as histórias que nos ensinaram quando crianças permanecem indelévels em nossa memória e marcam a nossa vida.

Referências bibliográficas

- DE ROSSI, Vera Lúcia; ZAMBONI, Ernesta (org.). *Quanto tempo o tempo tem*. Campinas: Alínea, 2002.
- FERRO, Marc. *A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação*. Trad. Wladimir Araujo. São Paulo: Ibrasa, 1983.
- HOBBSAWM, E. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *A construção do saber*. Belo Horizonte: UFMG; Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
- OLIVEIRA, Sandra Regina. O tempo, a criança e o ensino da história. In: DE ROSSI, Vera Lúcia; ZAMBONI, Ernesta (org.). *Quanto tempo o tempo tem*. Campinas: Alínea, 2002.

Resumo: A partir de um conjunto de narrativas de crianças do ensino fundamental sobre dois fatos da história do Brasil, este artigo busca demonstrar como a narrativa infantil reproduz a versão oficial da história, reafirmando a memória e as tradições inventadas.

Palavras-chave: história; tradição; memória; criança; cultura escolar.

Tradition and Culture of the School

Abstract: From a set of elementary school children narratives about two facts related to the history of Brazil, this article intends to demonstrate how these narratives reproduce the official vision of history reaffirming memory and invented traditions.

Keywords: history; tradition; memory; children; school culture.